



SUMÁRIO

1. Carta de Boas Vindas (Carta do Secretariado)	2
2. Conselho Europeu (Consilium)	4
2.1. Breve histórico.....	4
2.2. A União Europeia.....	4
2.3. O Conselho Europeu.....	5
2.3.1. Criação do Consilium	5
2.3.2. Características Gerais do Consilium, seus poderes e funções	6
3. A Saída do Reino Unido da União Europeia.....	7
3.1 Relações comerciais e consequências econômicas para a Europa	7
3.2 Questão política britânica e a Opinião Pública.....	10
3.3 Processo de saída no Direito interno britânico	13
3.4 Processo de saída no Direito europeu	14
4. Os desafios da relação Rússia-Europa.....	16
4.1 A perspectiva russa sobre a União Europeia.....	16
4.2 Relações comerciais entre Reino Unido e Rússia	17
4.3 Relações comerciais entre Rússia e União Europeia	18



1. Carta de Boas Vindas (Carta do Secretariado)

É com extrema satisfação que mais um passo é dado na consolidação da cultura de simulações “modelos das Nações Unidas” na Paraíba. Na primeira SIPEM, a palavra-chave foi “complexidade”: abordou-se o conflito árabe-israelense, visto pela academia como um dos de mais complicada resolução.

Na segunda edição, a inovação foi a diferença: um comitê para ensino médio de crise contínua do passado, mas com ecos retumbantes na mídia recente (OTAN - Guerra das Malvinas) e outro comitê de um tema “tendência”, mas abordado do ponto de vista dos países árabes, cuja contribuição é, muitas vezes, ofuscada pela disposição da política no sistema internacional (Liga dos Estados Árabes - Estado Islâmico).

No terceiro feito, o essencial foi a adaptação. Foram abordados temas de tráfico de drogas transfronteiriço (Conselho de Defesa da UNASUL), crimes e terrorismo cibernéticos (INTERPOL) e a participação do Brasil na segunda Guerra (Gabinete de Vargas). Essa edição teve como escopo a maneira com que se dá a reação a um evento de força maior, com que se adapta às mudanças contínuas que têm lugar em todos os níveis de relações e com que se resolve essas problemáticas.

Por fim, a quarta edição é marcada pela história. Todos os comitês na discussão dos temas propostos quebraram paradigmas - e criaram muito mais. A Conferência de Paz definiu o século XX. Afinal, a I Grande Guerra é herança do século XIX e, de fato, em Paris, deu-se início ao que estudamos hoje por Século XX, que, verdade seja dita, só vale a pena ser lembrado para que não seja repetido. O Conselho de Segurança em resolução improvável, num ato político fácil de entender, mas difícil de decifrar - ou entender de verdade - definiu o século XXI: trilhões de dólares foram gastos, teve influência na crise de 2008, milhares foram mortos, a crise de migrantes e refugiados e o terrorismo têm em seus fatores constituintes uma herança da Guerra do Iraque. O Brexit e o panorama das relações comerciais, atual que seja, voltam no tempo: a globalização achou a política uma limitação. Os processo de integração regional e global parecia um caminho do qual não se fugiria, nem pareceria apropriado. Se fomos dos feudos aos países e, para Kant, algum dia, iríamos chegar a uma federação mundial, esses eventos - ao lado da saída dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico, por exemplo - põem em cheque esperanças e crenças fomentadas por uma parte importante de estudiosos e, consequentemente, a dinâmica mundial.

IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

A história não segue uma linearidade de casuística exata: são momentos específicos dela que a definem. Um slogan presente na propaganda das simulações de uma maneira geral é o de que o estudante possa “reescrever a história”. E Raramente se viu a história tão saliente em momentos específicos. É nesse trotar que a reescritura da história não precisa ser feita no passado, mas a mera mudança de rumo das correntes atuais podem reescrever um destino - catastrófico, como pensamos que tudo nessa vida pós-moderna é.

Tendo isso em mente, o Secretariado da IV Simulação Paraibana de Ensino Médio deseja as boas vindas e uma ótima experiência.

Saudações Modeleiras

O Secretariado



2. Conselho Europeu (Consilium)

2.1. Breve histórico

A Europa, historicamente, vivenciou diversas tentativas de unificação. Lideranças, ainda que controversas, como Napoleão (1769-1821) e Hitler (1889-1945), empreenderam projetos em prol da unificação do continente. Antes destes, o Império Romano teve uma grande influência nesta perspectiva de unificar o Velho Continente. Os romanos expandiram fronteiras para a Península Ibérica, Bretanha, Gália, Germânia Ocidental e para todo o território que se situa entre a Hungria atual e a Grécia.

Segundo Le Goff (2008), este foi o primeiro exemplo de uma cidadania única em território europeu, uma vez que o latim fora inserido como língua oficial e que todos se submetiam ao comando único provido por Roma. Durante o período de poder do Imperador Calígula (12-41), inclusive, atestando essa cidadania una e plena, assegurava-se que todo homem livre possuía o privilégio de cidadão de Roma.

Na Idade Média, outro exemplo que remete à unificação foi a adoção hegemônica do sistema feudal de produção (e, posteriormente, de produção e trocas), bem como a sujeição ao poder senhorial e à Igreja Católica, Apostólica e Romana, consubstanciada no poder papal.

Neste período, as Cruzadas demonstraram o grau de identidade comunitária europeia através do ideal de libertação da Terra Santa, contra o inimigo comum, a dizer os infiéis muçulmanos, o que se repetiu com a expulsão dos árabes que ocupavam a Península Ibérica e a Europa Mediterrânea.

Todo esse apanhado histórico nos remete a uma conclusão: à força dos exércitos, a Europa não se uniu. Uma estruturação efetiva do continente apenas demonstrou viabilidade através de uma adesão voluntária e livre dos cidadãos europeus.

2.2. A União Europeia

A União Europeia (UE) é um bloco político-econômico composto por 28 Estados-membros independentes, que foi instituído com a nomenclatura atual, em 1993, pelo Tratado de Maastricht. A última alteração significativa aos princípios orientadores da União Europeia (UE) foi em 2009, através do Tratado de Lisboa, entrou em vigor em 2009.



A União Europeia opera através de um aparato de instituições supranacionais independentes e de decisões intergovernamentais negociadas. As mais importantes instituições da UE são a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu, o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Banco Central Europeu. O Parlamento Europeu é eleito a cada cinco anos pelos cidadãos da UE.

A União Europeia (UE) introduziu um sistema padronizado normativo aplicável a todos os Estados-membros, visando assegurar a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, bem como legislar assuntos comuns na justiça e manter políticas de comércio e desenvolvimento regional. A Zona Euro, a união monetária, criada em 1999, é composta por 18 Estados-membros. A Política Externa e de Segurança Comum da UE exerce grande relevância nas relações externas e de defesa. Além disso, a UE realiza missões diplomáticas permanentes em todo o mundo e tem forte representativa nos órgãos das Nações Unidas.

2.3. O Conselho Europeu

2.3.1. Criação do Consilium

Os primeiros conselhos de chefes de estado da União Europeia foram realizados em Fevereiro e Julho de 1961 - em Paris e Bonn respectivamente. Eles foram conselhos informal dos líderes da Comunidade Europeia e foram iniciados sob a iniciativa do então presidente francês, Charles de Gaulle. O primeiro conselho influencial sediado, após a saída de De Gaulle do governo francês, foi o conselho de Den Haag (The Hague) em 1969, no qual chegou-se ao acordo que levou à admissão do Reino Unido na Comunidade e iniciou a cooperação entre políticas externas (Cooperação Política Europeia), levando a integração além da Economia.

Os conselhos só foram formalizados no período entre 1974 e 1988. No conselho de Dezembro sediado em Paris em 1974, de acordo com a proposta do então presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, foi acordado que era necessário mais decisões políticas após a "crise da cadeira vazia" e problemas econômicos. O Conselho Europeu inaugural, como ficou conhecido, foi sediado em Dublin nos dias 10 e 11 de março do ano de 1975 durante a primeira presidência da Irlanda no Conselho de Ministros. Em 1987, ele foi pela primeira vez incluído nos tratados (Ato Único Europeu) e teve um papel definido pela primeira vez no Tratado de Maastricht. A princípio, apenas um



mínimo de duas reuniões por ano era obrigatório, o que resultava em uma média de três reuniões por ano serem sediadas no período entre 1975-1995. Desde 1996, o número de reuniões obrigatórias foi elevado para no mínimo quatro reuniões por ano.

2.3.2. Características Gerais do Consilium, seus poderes e funções

O Conselho Europeu é uma instituição oficial da UE, mencionada pelo Tratado de Lisboa como um corpo que "deverá prover à União o ímpeto necessário para o seu desenvolvimento". Essencialmente, ele define a agenda política da UE e conseqüentemente tem sido considerado o motor da integração Europeia. Além da necessidade de prover "ímpeto", o Conselho desenvolveu papéis adicionais: de "Solucionar questões que transcendem discussões a níveis inferiores de cooperação intergovernamental", de liderar a política externa da UE - agindo externamente como um "Chefe de Estado coletivo", de "ratificar formalmente documentos importantes" e de "envolver-se na negociação de quaisquer mudança de tratados".

Uma vez que a instituição é composta de líderes nacionais, ela carrega o poder executivo dos estados membros em si, contendo assim grande influência na política de grande escopo. Ela também exerce o poder de nomeação, como a nomeação do seu próprio presidente, do Alto Representativo da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, e do Presidente do Banco Central Europeu. Ela propõe, ao Parlamento Europeu, um candidato para Presidente da Comissão Europeia. Além disso, o Conselho Europeu influencia o planejamento político e de justiça, a composição da Comissão, assuntos relacionados à organização da presidência rotativa do Conselho, a suspensão dos direitos de participação, e a mudança nos sistemas de votação através da Passerelle Clause. Logo, o Conselho Europeu é descrito por alguns como a "suprema autoridade política" da União.



3. A Saída do Reino Unido da União Europeia

3.1 Relações comerciais e consequências econômicas para a Europa

A União Europeia é o principal bloco econômico do mundo, sua população de 494.8 milhões¹ de habitantes dos quais cerca de 12,3 % ² são do Reino Unido, representa cerca de 6,9% da população mundial; apesar disto o volume de trocas comerciais realizadas pela União Europeia representa cerca de 20% do volume de importações e exportações mundiais.

Um dos principais fatores que formam a economia europeia é a capacidade de consumo no Reino Unido a renda per capita é de 37.3 mil dólares anuais ³,e cerca de 70% da população ⁴ acima dos 25 anos ou mais, idade economicamente ativa ou seja o país esta posicionado como um dos maiores mercados de consumo do mundo.

Entre os principais exportadores para o Reino Unido estão Alemanha (14,8%),China(8%),Holanda (7,5%),Estados Unidos(6,7 %) e França (5,7%)⁵ boa parte deste volume de importações com os países membros do bloco advém de acordos de livre comercio que permitem a livre circulação de mercadorias tanto em termos aduaneiros como processos de avaliação sanitária, desse modo a saída do país do bloco econômico leva a incertezas quanto a continuidade dessas relações o que pode prejudicar a competitividade de empresas do bloco contra concorrentes de outras regiões do globo pelo mercado britânico, o que ameaça a estabilidade econômica da UE.

¹http://ec.europa.eu/eurostat/portal/page?_pageid=1996,39140985&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=detailref&language=en&product=Yearlies_new_population&root=Yearlies_new_population/C/C11/caa10000

²http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,39140985&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=detailref&language=en&product=Yearlies_new_population&root=Yearlies_new_population/C/C1/C11/caa10000

³ <http://www.indexmundi.com/map/?v=67&r=eu&l=pt>

⁴ http://www.indexmundi.com/pt/reino_unido/distribuicao_da_idade.html

⁵ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2061.html>



O setor de serviços é o mais importante na produção econômica do Reino Unido (79,6%)⁶ do produto interno bruto, entre esses serviços um dos principais são os serviços bancários, a capital britânica sedia os principais bancos da Europa muitos dos quais preparam se para deixar o país caso o Brexit se conclua, de acordo com a associação de banqueiros britânicos ⁷. O motivo é que os bancos sediados no Reino Unido não sabem se poderão continuar a prestar seus serviços por toda a Europa, concederam empréstimos estimados em 1,2 bilhões de euros a empresas e governos de toda a Europa, além disso o comercio de serviços financeiros entre o Reino Unido e o restante do continente está avaliado em 22,5 bilhões de euros.

Uma debandada dos bancos pode desencadear um imensa crise financeira para o país tendo em vista que é um dos principais colaboradores para as exportações britânicas e estão entre os papeis de maior valor da tradicional Bolsa de Valores de Londres.

O setor industrial britânico representa(19,6%)⁸ de seu PIB, e também pode ser afetado negativamente pelo Brexit, já que uma boa parte das exportações realizadas pelo Reino Unido se dá com países do bloco, entre eles Alemanha(11,3%) ,Holanda (8,8%),França(7,4%),Irlanda(6,2%) e Bélgica(5,1%).

Ao avaliar as relações de parcerias comerciais entre o Reino Unido e alguns dos principais países do bloco, fica claro a relação de reciprocidade entre as nações aonde as trocas comerciais que realizam são importantes para as indústrias, o mercado de consumo e como boa parte dessas exportações são de maquinas e insumos industriais, até mesmo para a capacidade produtiva dos países .Compreende se com isso a tensão internacional e a volatilidade dos principais índices econômicos europeus.

O endividamento de países do bloco preocupa analistas de mercado. A Alemanha, maior economia do bloco, tem uma dívida avaliada em 5.326⁹ trilhões de

⁶ http://www.suapesquisa.com/paises/reinounido/economia_reino_unido.htm

⁷ <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/bancos-internacionais-prontos-para-deixar-o-reino-unido-5458741.html>

⁸⁸ http://www.suapesquisa.com/paises/reinounido/economia_reino_unido.htm

⁹ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2079.html>



dólares e a França 5.360¹⁰ de dólares, o que supera o seu Produto Interno Bruto. A situação nos demais países do bloco é similar ou ainda mais grave, motivo pelo qual as agências de classificação de risco rebaixaram a classificação da maioria desde 2012.

O Mercado Comum Europeu que permitiu o desenvolvimento de grandes transnacionais, bem como aumentou a competitividade de empresas do bloco através da livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas. Esta institucionalidade nunca esteve tão ameaçada, já que após a crise de 2012 na Europa muitos se questionam quanto a viabilidade e a capacidade de continuidade do bloco, a saída de um dos maiores membros apenas reforça esses questionamentos.

Ainda não se sabe se o Reino Unido irá formalizar acordos bilaterais com esses parceiros para evitar a perda de trocas comerciais levando a uma depressão econômica, todavia se reconhece que será muito mais complicado para empresas britânicas competirem no mercado, o que insta ao Reino Unido e à comunidade europeia firmarem acordos de convivência envolvendo as principais relações comerciais entre estes países.

O bloco poderá progredir sem o mercado britânico? Alguns especulam que não, que a perda de mercado no Reino Unido deve prejudicar os altamente endividados países do bloco, principalmente no mercado financeiro e na concessão de crédito. Como foi abordado, boa parte do financiamento de empresas do bloco advém de bancos britânicos, a queda na oferta de crédito no mercado europeu tende a encarecer os juros dificultando o crescimento econômico ou até mesmo inviabilizando a operação de várias empresas que precisem de crédito.

Movimentos similares ao Brexit vêm se manifestando por diversos países da Europa, desse modo o resultado deste processo para a economia do Reino Unido será determinante para a agenda global da economia nas próximas décadas. O fracasso desse país significaria um aceleração da agenda global de interação entre os países, livre comércio e integração cambial. Diversos países europeus que resistiram a unificação cambial em torno do euro observarão de perto as consequências do isolamento britânico. O Brexit cria um precedente na UE para países que se sentem prejudicados pelas decisões do bloco, sobretudo as do Banco Central Europeu quanto a taxas cambiais e políticas monetárias e que estiveram dentre as principais bandeiras dos políticos

¹⁰ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2079.html>



britânicos que apoiaram o brexit, em 2012, com a crise da zona do euro, muitos bancos centrais de membros do bloco não concordaram com a política de austeridade adotada.

Caso o partido conservador britânico sobre a liderança de Theresa May consiga alcançar as promessas de desenvolvimento e emprego que desenvolveram na campanha pelo Brexit poderá criar uma tendência de sucesso dos movimentos similares liderados por partidos conservadores em toda a Europa.

3.2 Questão política britânica e a Opinião Pública

O referendo do Brexit teve um resultado apertadíssimo: enquanto 51,9% votaram pela saída do Reino Unido da União Europeia, 48,1% votaram por sua permanência. A Inglaterra e o país de Gales votaram majoritariamente pela saída, e Londres, Escócia e Irlanda do Norte, pela permanência. Esse resultado mostra um Reino Unido dividido, em que as regiões têm interesses diferentes e a sociedade civil tem visões distintas acerca do papel e da importância da União Europeia.

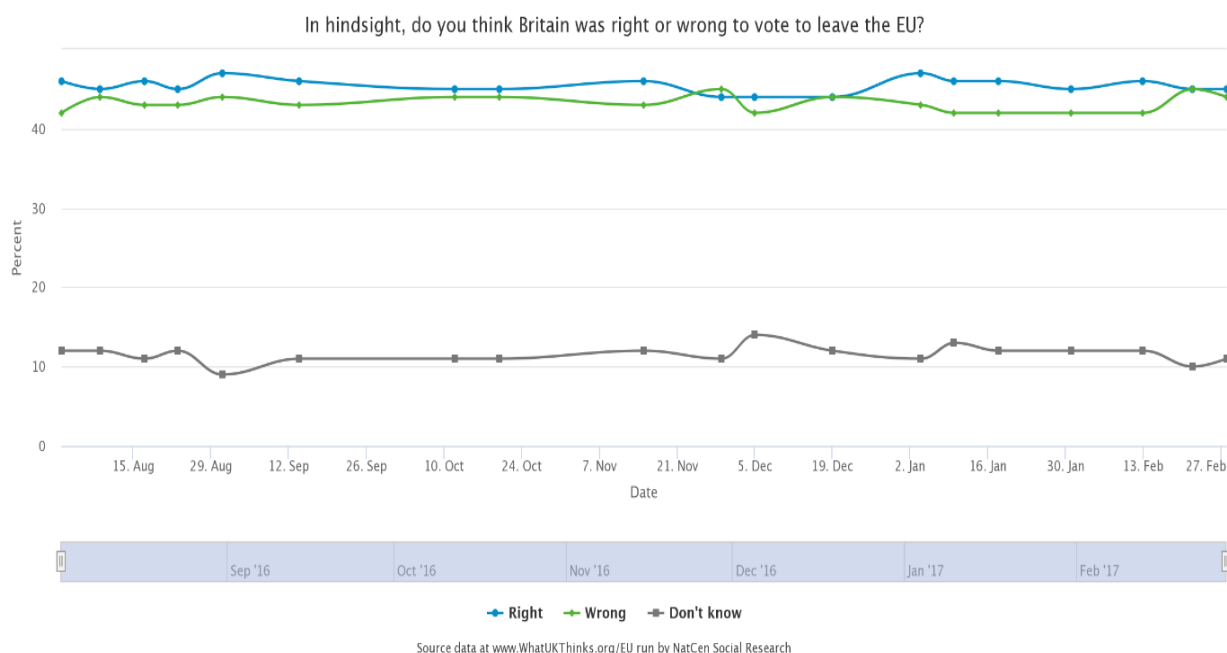
Meses após o referendo, esse quadro não se alterou substantivamente. Diversos institutos, realizando pesquisa em diferentes datas, mostram que a opinião pública britânica continua dividida, como é possível enxergar no quadro abaixo. A primeira coluna indica a companhia responsável pela realização da pesquisa; a segunda, o intervalo de datas da realização; e a terceira e a quarta, a proporção das respostas pela saída (*leave*) ou permanência (*remain*).

IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

<i>Company</i>	<i>Fieldwork Dates</i>	<i>Leave (%)</i>	<i>Remain (%)</i>
Opinium	29-30.6.16	42	48
BMG Research	29-20.6.16	37	45
YouGov	3-4.7.16	45	45
YouGov	20-27.7.16	44	43
YouGov	31.8-9.9.16	45	43
YouGov	16-20.9.16	46	42
Survation	10-12.10.16	44	44
BMG Research	19-24.10.16	43	45
YouGov	20-25.10.16	44	43
ComRes	25-27.11.16	47	46
ComRes	15-18.12.16	47	45

É importante notar, também, que a maioria das pesquisas aponta para uma maioria de votos pelo *leave*, ainda. Se fosse realizado novamente o referendo, temos boas razões para crer que o Brexit venceria novamente, pois os cidadãos que responderam “eu não sei” nessas pesquisas simplesmente não iriam votar, o que faria com que a porcentagem pela saída fosse maior que 50%. Essa tendência fica mais clara ainda no gráfico abaixo, que reúne o resultado de 19 pesquisas realizadas entre primeiro de agosto de 2016 e 28 de fevereiro de 2017. As pesquisas foram realizadas pelo YouGov e perguntaram se o eleitor acreditava que foi certa ou errada a escolha pela saída da União Europeia.

IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO



Percebem-se resultados apertados, mas uma predominância da opinião de que foi correto votar pelo Brexit.

Tendo esse contexto em mente, os chefes de governo no Conselho Europeu, em particular o Reino Unido, terá que manter em mente não só que seria ilegítimo permanecer no bloco sabendo da maioria a favor do Brexit, mas também que os conflitos de interesse são muitos e que o Reino Unido está dividido. Assim, medidas deverão ser tomadas para amenizar as insatisfações internas, de modo que a saída seja menos traumática.

Duas questões podem ser apontadas como centrais: o acesso ao mercado comum e o controle sobre a imigração. Uma das questões que levou milhões de britânicos a votar pelo *remain* foram os benefícios advindos do mercado comum europeu, e os líderes devem ter em mente que a resolução dessa questão será central nos debates. Outro quesito que levou as pessoas a se oporem ao Brexit foi o auxílio ao desenvolvimento que a União Europeia fazia em certas áreas do Reino Unido, mas o modo como esse problema será resolvido é uma questão interna britânica. Afinal, não faz sentido discutir se a União Europeia continuará ou não enviando recursos a um não-membro: é claro que não.

A outra questão é a da imigração. A preocupação com esse quesito foi muito importante para o resultado do referendo, pois o livre trânsito de pessoas dentro do



bloco europeu fez com que o Reino Unido tivesse que seguir as regras de imigração da União Europeia. Muitos britânicos não concordam com isso, e advogam um maior controle nacional das fronteiras, em detrimento do livre trânsito. Essa questão será importante durante negociações sobre o acesso de pessoas da União Europeia ao Reino Unido (não só cidadãos europeus, mas também indivíduos de outras partes do globo que estejam em território englobado pelo bloco).

Esses são fatores que se deve ter em mente, de modo geral, em relação à opinião pública sobre o Brexit e questões envolvidas.

3.3 Processo de saída no Direito interno britânico

A primeira-ministra do Reino Unido Theresa May vem enfrentando problemas em relação ao direito interno britânico, pois contestações legais do parlamento surgiram. Alguns parlamentares britânicos têm contestado se a primeira-ministra teria o direito de invocar o artigo 50 do Tratado de Lisboa da União Europeia, sem antes consultar o Parlamento. Como aponta o advogado David Pannick, tais questionamentos não dizem respeito ao resultado do referendo (de fato, o Brexit ocorrerá), e sim se a primeira-ministra poderia invocar o artigo com base no poder das chamadas prerrogativas reais. O advogado, sua cliente Gina Miller e muitos políticos afirmam que o referendo decidiu que o Reino Unido sairá da União Europeia, mas não especifica como. Para eles, esse “como” deve ser decisão do Parlamento britânico, enquanto Theresa May e outros defendem que a primeira-ministra deve ter liberdade para liderar esse processo de saída, invocando o artigo 50 do Tratado de Lisboa.

Na disputa jurídica que se deu entre a empresária Gina Miller e o governo britânico, a primeira parte saiu-se vitoriosa. A justiça britânica concluiu que ativar o artigo 50 anularia uma série de direitos dos britânicos que foram alcançados por Atos Parlamentares e, desse modo, só quem poderia ativar o artigo seria o Parlamento. Entendeu-se que as prerrogativas reais não dão à primeira-ministra o direito de reverter Atos Parlamentares. Desse modo, as ações de May no sentido de retirar o Reino Unido da União Europeia, através do artigo 50, deverão ser aprovadas pelo Parlamento britânico.



3.4 Processo de saída no Direito europeu

Em relação ao processo de retirada de um país membro da União Europeia, devemos nos remeter ao já mencionado artigo 50 do Tratado de Lisboa. É o que segue.

ARTIGO 50.º

1. Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União.

2. Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.

3. Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse prazo.

4. Para efeitos dos n.os 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado-Membro que pretende retirar-se da União não participa nas deliberações nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito. A maioria qualificada é definida nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 238.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

5. Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão, é aplicável a esse pedido o processo referido no artigo 49.º



O número 3 do artigo 218 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia versa o seguinte:

3. A Comissão, ou o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança nos casos em que o acordo projetado incida exclusiva ou principalmente sobre a política externa e de segurança comum, apresenta recomendações ao Conselho, que adota uma decisão que autoriza a abertura das negociações e que designa, em função da matéria do acordo projetado, o negociador ou o chefe da equipa de negociação da União.

O número 3 do artigo 238 do mesmo tratado versa o seguinte:

3. A partir de 1 de novembro de 2014, e sob reserva das disposições estabelecidas pelo Protocolo relativo às disposições transitórias, nos casos em que, nos termos dos Tratados, nem todos os membros do Conselho participem na votação, a maioria qualificada é definida do seguinte modo:

a) A maioria qualificada corresponde a, pelo menos, 55 % dos membros do Conselho, devendo estes representar Estados-Membros participantes que reúnam, no mínimo, 65 % da população desses Estados. A minoria de bloqueio deve ser composta por, pelo menos, o número mínimo de membros do Conselho que represente mais de 35 % da população dos Estados-Membros participantes, mais um membro; caso contrário considera-se alcançada a maioria qualificada;

b) Em derrogação da alínea a), quando o Conselho não delibere sob proposta da Comissão ou do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a maioria qualificada corresponde a, pelo menos, 72 % dos membros do Conselho, devendo estes representar Estados-Membros participantes que reúnam, no mínimo, 65 % da população desses Estados.



4. Os desafios da relação Rússia-Europa

4.1 A perspectiva russa sobre a União Europeia

Antes de se falar sobre o que o Brexit significa para a Rússia e os interesses do país sobre o assunto, é necessária uma compreensão do que a União Europeia significa para o mesmo. A visão russa sobre o bloco é a de um instrumento que põe valores políticos e individuais importantes sob uma égide e dilui a soberania nacional.¹¹ Perspectiva esta possivelmente estimulada pela firme posição da União Europeia contra a Rússia no que tange a questão da Ucrânia, impondo sanções ao país.¹²

A mídia especulou a respeito de uma possível influência russa sobre o referendo, porém o presidente Vladimir Putin negou as acusações, dizendo que “A Rússia não interfere agora ou no futuro, nem vai influenciar as escolhas do Reino Unido”. Seguindo seu discursos ainda afirmou que os britânicos estão insatisfeitos com o seu governo e o Brexit é uma primeira demonstração disto.¹³ No entanto, é inegável uma União Europeia mais fraca traz benefícios para a Rússia. Ainda que os maiores desafios russos na comunidade internacional estejam presentes na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma União Europeia sem o Reino Unido representa uma maior flexibilidade e novas possibilidades de relações comerciais com outros países, como Itália, Grécia e Hungria, já demonstraram o interesse em estabelecer.¹⁴ Sobre a economia, Putin disse “O Brexit não vai levar a qualquer tipo de catástrofe global. Certamente, vamos acompanhar a situação e, se necessário, ajustar tanto a nossa política econômica e as nossas relações com os parceiros europeus”.¹⁵

Simbolicamente, os russos também estão satisfeitos com a possibilidade de uma

¹¹ WALKER, Shaun. **What Russia thinks of Brexit – and how it could gain from a fractured Europe.** 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jul/11/what-russia-thinks-of-brexit-and-how-it-could-gain-from-a-fractured-europe>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

¹² Op. cit.

¹³ RAPOZA, Kenneth. **What Does Russian President Putin Say About Brexit?** 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2016/06/27/what-russian-president-putin-says-about-brexit/#5dfa89d61832>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

¹⁴ Op. cit.

¹⁵ GUNEEV, Sergey. **Putin on Brexit: No one wants to support weak economies.** 2016. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/348201-putin-brexit-weak-economies/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

União Europeia enfraquecendo-se enquanto a Rússia e seus parceiros multilaterais se fortalecem.¹⁶ O simples questionamento da utilidade da União Europeia e do motivo de se fazer parte do bloco já reflete, na perspectiva do país, um esgotamento progressivo da influência do bloco numa dimensão global. Em contrapartida, a Rússia parou a expansão da OTAN com a invasão da Geórgia, similarmente atuou ao invadir a Ucrânia, construiu a União Econômica Euroasiática (UEE) e tem expandido o seu prestígio no Oriente Médio.¹⁷ Internamente a propaganda política afirma que os russos estão melhor em sua terra natal do que na “Europa padre”, sem precisar lidar com a migração e as ameaças de segurança, a Rússia tem internamente uma imagem sólida ao contrário de uma Europa caindo aos pedaços.¹⁸ Externamente, Putin afirmou que a União Europeia é uma parceira econômica importante e a manutenção da sua força é parte do interesse russo.¹⁹

4.2 Relações comerciais entre Reino Unido e Rússia

Com o final da Guerra Fria, as empresas britânicas começaram a se instalar na Rússia. Até o fim da década de noventa, o livre mercado e o capitalismo eram mal vistos pela população russa em geral. Com o governo de Putin veio também um desafio para as empresas estrangeiras, no que tange a uma regulação restrita e o ônus da corrupção governamental.²⁰ Recentemente, com as sanções sofridas nas indústrias bancárias e petrolíferas devido à invasão da Ucrânia, a Rússia também determinou suas

¹⁶ MCFAUL, Michael. **How Brexit is a win for Putin.** 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/how-brexit-is-a-win-for-putin/2016/06/25/800e4d3c-3b06-11e6-8f7c-d4c723a2becb_story.html?utm_term=.25b0c1efbbcf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ WALKER, Shaun. **For Russia, Brexit would be an opportunity not a tragedy:** While there is little sign Moscow is trying to influence the vote, the foreign policy opportunities will not have gone unnoticed. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/may/19/for-russia-brexit-would-be-an-opportunity-not-a-tragedy>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

¹⁹ JN. **Rússia espera melhorar as relações com o Reino Unido.** 2016. Disponível em: <<http://www.jn.pt/mundo/interior/russia-espera-melhorar-as-relacoes-com-reino-unido-5246824.html>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²⁰ STOURBRIDGE, Labor. **Post-Brexit Relations with Russia & China.** 2017. Disponível em: <<https://stourbridgelabourblog.wordpress.com/2017/03/29/study-group-post-brexit-relations-with-russia-china/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

próprias sanções contra as importações de alimentos do Reino Unido e de outros países.²¹ O que na Estratégia de Segurança Nacional do Reino Unido (NSS) é descrito como uma Rússia mais “agressiva, autoritária e nacionalista”.²² Importante ressaltar que a Rússia era uma prioridade de expansão das relações britânicas até 2013.²³

Apesar das relações econômicas terem sido afetadas pelo episódio ucraniano, nota-se que esta relação bilateral Reino Unido-Rússia se desenvolve mais tranquilamente do que as relações políticas. A Rússia é o país de origem de muitos estudantes das universidades britânicas; a exportação de bens e serviços cresceu 75% desde 2009 (destacando-se produtos de engenharia, produtos farmacêuticos, produtos químicos, bens de consumo e educação); e a despeito de ter caído para o décimo nono destino de exportações britânicas, em 2014, ainda constitui 1,3% do total de exportações e o Reino Unido ainda é o quinto maior investidor na Rússia, com 600 empresas instaladas no país.²⁴

Durante a Cúpula do G20, em 2016, Vladimir Putin e Thereza May se reuniram em particular e debateram um “engajamento intergovernamental”, para encorajar a Câmara de Comércio Russo-Britânica (fundada em 1916) aos investimentos possíveis e lucrativos nos dois países.²⁵

4.3 Relações comerciais entre Rússia e União Europeia

A União Europeia e a Rússia possuem um histórico comercial estável, e incentivado desde a década de 1960 com o consumo de petróleo russo. Pode-se

²¹ BBC. **Ukraine crisis: Russia and sanctions**. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-26672800>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²² GERMAN, Tracey. **UK–Russia relations and the Brexit debate: advancing integration or mutual mistrust**. 2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23340460.2017.1286944>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²³ RT. **Brexit opens door for stronger Russia-UK trade ties**. 2016. Disponível em: <<https://www.rt.com/business/349140-russia-uk-brexit-prospects/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²⁴ Knobel, Alexander e Firanchuk, Alexander, **Brexit and Trade and Economic Relations between Russia and the UK**. Russian Economic Developments. Moscow. 2016, No 7, pp. 54-58. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2815454>>. Acesso em: 17 mar. 2017

²⁵ SPUTNIK. **Rússia e Reino Unido podem iniciar nova fase nas relações bilaterais**. 2016. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/europa/201609066253385-russia-reino-unido-relacoes/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.



compreender a relevância dessa relação comercial a partir do trecho abaixo:

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o ano de 2012, a Rússia é o segundo maior parceiro comercial em termos de exportação para a UE – produtos russos somam 12% de toda a importação do bloco – e o quarto maior importador de produtos europeus – 9% das exportações europeias se destinam à Rússia. Ainda considerando dados da OMC, a Europa aparece como principal destino das exportações da Rússia – compreendendo 47% do total – e também como a principal origem das importações do país – 42% do total.¹²³ As relações comerciais entre Rússia e União Europeia e os impactos de importações russas são da UE. Assim, mesmo em caráter preliminar, já é possível perceber o lugar de destaque que tanto Rússia quanto União Europeia possuem dentro dos perfis de comércio internacional de cada uma.

Alguns afirmam que o objetivo russo é manter a influência entre os países do oeste, separar a Europa e reduzir a influência americana, além de estabelecer um poder crescente no Oriente Médio para manter o preço do óleo elevado.²⁶ Um outro benefício advindo do Brexit é o provável alinhamento fiscal mais estreito entre a União Europeia e a Rússia.²⁷

²⁶ KENNEDY, Mark R.. **Brexit Is a Russian Victory**. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/06/30/brexit-is-a-russian-victory/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²⁷ Op. cit.



Existe um clima de tensão e desconfiança. O presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker, disse que “os russos estão tentando por todos os meios que tem de ter uma influência propagandística sobre os assuntos europeus e internacionais. Temos de reagir a isso. Notícias falsas tem de ser combatida por fatos reais”.²⁸

A incerteza do impacto a curto e longo prazo da saída do Reino Unido da União Europeia traz muitas especulações sobre o jogo de interesse dos grandes atores internacionais. O fato é que Rússia e União Europeia são extremamente relevantes uma para a outra e representam uma grande fatia da economia em ambos os lados. Elas tem trabalhado a implementação de espaços comuns e buscado reforçar o comércio bilateral.²⁹

Um novo acordo bilateral UE-Rússia estava sendo fortemente debatido até 2012, onde se estabeleceriam regras mais “equilibradas” e um ambiente mais cômodo fora da Organização Mundial de Comércio (OMC). Em 2012, a Rússia concluiu seu processo de adesão à OMC, fortemente apoiada pela União Europeia.³⁰

²⁸ MCDONALD-GIBSON, Charlotte. **Q&A: Jean-Claude Juncker on Brexit, Russia, and Trump's 'Highly Unfriendly' Remarks on the E.U.** 2017. Disponível em: <<http://time.com/4671785/jean-claude-juncker-brexit-russia-trump/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

²⁹ EUROPEAN Comission. **Russia.** Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/russia/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

³⁰ Op. cit.